

DA EUFORIA AO RETROCESSO: O COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE

FROM EUPHORIA TO REGRESSION: THE BEHAVIOR OF FORMAL EMPLOYMENT IN BRAZIL IN THE RECENT PERIOD

Jacqueline Aslan Souen¹
Guilherme Caldas de Souza Campos²

RESUMO

Nos anos 1990, o mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de desestruturação com profundas consequências para a sociedade brasileira. Essa conjuntura, caracterizada pelos altos níveis de desemprego e informalidade, só começou a ser modificada com a ascensão de um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores associada ao crescimento econômico que se iniciou no Brasil com o ciclo internacional das *commodities*, no início dos anos 2000. E teve como resultado um fenômeno novo para o mercado de trabalho: o forte crescimento do emprego formal e da renda do trabalho, juntamente com a retração das outras posições na ocupação, o que foi um dos pilares da transformação social ocorrida no país durante esse período. Nos últimos anos, no entanto, uma profunda crise econômica, política e institucional reverteu as condições favoráveis que possibilitaram esse avanço, apontando para a reversão da estruturação do mercado de trabalho que havia sido verificada no período anterior. Este artigo faz um breve panorama da evolução do emprego formal no período considerado e analisa o retrocesso do mercado de trabalho nos últimos anos utilizando as informações da PME e da nova PNAD contínua, de modo a apontar para os condicionantes e consequências da recente crise econômica.

Palavras-chave: Emprego formal; crescimento econômico; inclusão social; mercado de trabalho.

ABSTRACT

During the 1990s, Brazilian job market underwent a disruption process, resulting in deep consequences for Brazilian society. This conjuncture, featured by high levels of unemployment and informality, has begun to be modified only with the rise of a government compromised with workers' interests, associated to the economic growth that started in Brazil with the global commodities cycle in the beginning of 2000s. This situation resulted in a new phenomenon for job market: high growth of formal employment and work income along with retraction of other positions in occupational stratifications, what played a chief role for the social transformation undergone in this period. In the last years, however, a profound economic, political and institutional crisis reverted the favorable conditions that enabled this progress, heading for the reversal of the structuration of job market that had been attained in last period. This paper presents a summary landscape of the evolution of formal employment in aforementioned period and analyzes the regression of job market in the last years using data from PME (Monthly Employment Survey) and continuous PNAD (National Household

¹ Bacharel em Ciências Econômicas e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). Contato: jacsouen@gmail.com.

² Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Mestre em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Servidor técnico-administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Contato: gcsouzacampos@gmail.com.

Sample Survey), in order to indicate conditioning features and consequences of the recent economic crisis.

Keywords: Formal labour; economic growth; social inclusion; labour market.

I. INTRODUÇÃO

Nos anos 1990, o mercado de trabalho no Brasil foi caracterizado pelos altos níveis de desemprego e pelo predomínio da informalidade. Pressionados por políticas neoliberais, privatizações, abertura comercial e financeira indiscriminada e pela reestruturação produtiva, os trabalhadores brasileiros que perdiam seus empregos eram obrigados a buscar formas alternativas para sobreviver, fosse com os poucos empregos informais disponíveis, fosse com o trabalho por conta própria, ambos caracterizados por grande precarização e baixas remunerações. Em suma, o mercado de trabalho no Brasil passou por uma grande desregulamentação que, paulatinamente, levou a um profundo processo de desestruturação nos anos 1990, o que fez da condição de formalidade do emprego um privilégio para poucos trabalhadores que, assim, podiam desfrutar de direitos trabalhistas e sociais básicos, conferidos pela condição de formalidade.

Essa situação só começou a se reverter no início dos anos 2000 com a desvalorização da moeda nacional e o crescimento das exportações, criando as condições para a retomada do crescimento do emprego nos setores exportadores. No entanto, a retomada do mercado interno só se deu com o aquecimento da demanda agregada, a partir de 2003/2004, o que viabilizou uma trajetória continuada de crescimento do emprego e da renda. Esse processo inaugurou uma fase de forte crescimento da ocupação formal, queda do desemprego e retração da informalidade, caracterizando um período de reestruturação do mercado de trabalho que persistiu por quase uma década.

O avanço do mercado de trabalho nesse período deve ser entendido levando em conta o intenso crescimento do emprego formal e da formalização da economia, registrando níveis bastante superiores comparativamente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período. O PIB médio anual de 5,1% entre 2003 e 2008, calculado entre os meses de setembro - de modo a evitar a forte retração do último trimestre de 2008 com a crise externa - ficou abaixo da variação média anual da taxa de emprego formal, que foi de 6,3%, segundo a RAIS³. Essa desproporcionalidade seria ainda maior conforme o índice oficial do PIB de 4,8% ao ano. Ou seja, a configuração do mercado internacional aliada à estratégia interna de crescimento promoveu um forte aumento do consumo e do investimento, que gerou um crescimento razoável do PIB, porém provocou uma elevação muito mais intensa do emprego formal e da formalização das empresas, de forma desproporcional ao aumento do produto, e mais desproporcional ainda em relação ao produto industrial (3,9% aa).

Com a retomada da economia em 2004, inicialmente dinamizada pelo boom de commodities com a forte demanda do mercado externo, sobretudo o mercado asiático, ocorreu um maior estímulo às contratações formais, principalmente em razão do aumento de capacidade produtiva nas médias e grandes empresas – dominantes no setor exportador –, alterando a baixa relação emprego formal/PIB dos anos 1990. Esse quadro de aumento do emprego “com carteira” foi sendo realimentado pela continuidade do bom desempenho do produto, impactado pela elevação do consumo e do investimento, num processo virtuoso que

³ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), instituída pelo Decreto nº 76.900, de 1975, é um registro administrativo em que os estabelecimentos são obrigados a fazer a sua declaração anual, alimentando o banco de dados do Ministério do Trabalho com informações sobre contratações, demissões, escolaridade, horas trabalhadas, salários, tipos de ocupação etc.

se retroalimentou com o maior gasto das famílias e das empresas, que, por sua vez, se ampliou também devido ao aumento do crédito de longo prazo⁴. Ademais, a partir de uma postura do governo no sentido de promover a maior inclusão da base da pirâmide social, por meio de uma série de políticas públicas (salário mínimo⁵; Benefícios de Prestação Continuada (BPC); Bolsa-Família; ampliação do acesso ao crédito; apoio a agricultura familiar; ampliação das linhas de crédito do BNDES; combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil) elevou-se a capacidade de consumo das famílias de baixa renda, dinamizando os serviços e comércio locais - com destaque para os pequenos e médios municípios de regiões mais pobres, como o Nordeste do país -, além de estimular a formalização dos contratos de trabalho nesses pequenos estabelecimentos⁶.

Dessa forma, num efeito de retroalimentação, o movimento de aumento do emprego formal e da renda, bem como a melhora na distribuição desta última⁷, reforçaram a ampliação da formalização da economia, pois não somente possibilitaram a elevação do consumo da base da pirâmide social – com forte propensão ao consumo –, dinamizando os pequenos negócios, como também alteraram o padrão de consumo, deslocando-o para bens e serviços ofertados por estabelecimentos mercantis, levando a um crescimento do emprego em empresas maiores e mais estruturadas. Nesse cenário, as alternativas de subemprego cederam lugar a empregos assalariados formais, e os próprios trabalhadores passaram a demandar maior formalização, num ambiente de fortalecimento da atuação sindical, de forma a garantir os direitos associados ao emprego formal, o que também contribuiu para elevar as oportunidades de acesso ao crédito⁸.

Nos últimos anos, o arrefecimento do crescimento econômico que vem ocorrendo desde 2014 e seu agravamento com a recessão de 2015, associados ao contexto de profunda crise político-institucional em que se encontra o país, vêm ameaçando profundamente o processo de reestruturação do mercado de trabalho que estava em curso. Desde 2015, os indicadores conjunturais do mercado de trabalho começaram a apresentar resultados negativos para o emprego formal, o que não se observava desde os anos 1990, bem como um forte crescimento da taxa de desemprego. Essa reversão do mercado de trabalho coloca em xeque as conquistas sociais do período recente, configurando-se uma ameaça ao crescimento econômico que se deu com a inclusão social pela via do crescimento das ocupações formais e da maior estruturação da economia.

Este artigo tem por objetivo fazer uma abordagem da trajetória de estruturação do mercado de trabalho brasileiro no período entre 2003 e 2013, na medida do forte avanço do emprego formal – para além do crescimento da população ocupada em geral e numa proporção muito maior do que o crescimento do PIB – e, a partir de tal contexto, analisar o retrocesso dessa trajetória de estruturação, já no biênio 2014-2015. Para tanto, na primeira parte do texto será abordado o movimento de crescimento do emprego formal, captado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), descrevendo-o antes e depois da crise financeira mundial de 2008. A segunda parte tratará do período recente, em que se verifica retração do emprego em geral, crescimento da participação de outras posições na ocupação que não o emprego formal, taxas negativas deste último, bem como o crescimento da taxa de

⁴ A ampliação do crédito foi favorecida pelo aumento do fluxo de capital estrangeiro no mercado doméstico e a maior captação externa de bancos e empresas, em virtude da grande liquidez no mercado financeiro internacional e do diferencial elevado de taxa de juros interna e externa (Baltar *et. all.*, 2010).

⁵ Ver Souen (2013).

⁶ Ver Cardoso Jr (2007), Castro (2013), Cardoso Jr & Hamasaki (2014), Oliveira (2014).

⁷ Ver Souza Campos (2015).

⁸ Ver Medeiros (2015), mas também Cardoso Jr & Hamasaki (2014), Krein & Santos (2012, p. 67).

desemprego, conforme os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC).

II. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL

Aceleração da atividade econômica e do emprego formal (2003-2008)

O avanço do processo de reestruturação do mercado de trabalho com forte crescimento do emprego formal deve ser compreendido em uma perspectiva de mudança do modo de funcionamento da economia, num movimento de alteração dos preços relativos que se deu a partir de uma dinâmica que resultou na valorização da moeda nacional⁹. O real apreciado, além de favorecer o crescimento da economia sem pressões inflacionárias, contribuiu para a recuperação do poder de compra dos salários, viabilizando o forte crescimento da demanda. Esses dois efeitos, a valorização dos salários e a baixa inflação, foram possíveis, por um lado, devido ao menor custo de produção, na medida do barateamento dos preços dos insumos importados; por outro, em virtude do menor preço dos bens finais importados. Esse processo, por sua vez, implicou num modelo de crescimento que acarretou em uma alteração da dinâmica do mercado de trabalho no sentido de uma trajetória de maior estruturação, com o forte aumento do emprego formal e da formalização dos estabelecimentos, em simultâneo à diminuição dos outros tipos de ocupação.

Esse modo de funcionamento da economia, assentado na moeda doméstica sobrevalorizada, conformou uma estrutura de preços relativos entre os setores *Tradables* e os não *Tradables*, em que os preços dos primeiros tiveram forte queda, diferentemente dos preços dos últimos, ou mesmo nos setores *Tradables* que apresentaram maior vantagem comparativa, em que os preços caíram menos. Esse diferencial de preços entre os setores favoreceu os não *Tradables* que, num cenário de demanda doméstica aquecida, puderam ampliar a capacidade instalada, elevar a formalização e gerar mais emprego, bem como pagar melhores salários. Assim, num movimento virtuoso que foi se retroalimentando, a queda de inflação, o avanço do emprego formal e a redução do desemprego provocaram um aumento nominal dos rendimentos do trabalho, acima da inflação, que, associado aos aumentos reais obtidos a partir dos aumentos do salário mínimo¹⁰ e dos salários das categorias¹¹, sustentou a elevação da capacidade de compra dos salários. A melhora da renda do trabalho, por sua vez, impactou positivamente a demanda, promovendo a ativação, principalmente, dos setores que não competem com o produto externo, ou seja, os não *Tradables*. Nesse processo, parte dos estabelecimentos mais precários que geravam pouco emprego formal diminuiu, outra parte avançou e tendeu a maior estruturação e formalização, gerando mais vagas formais. Ademais, também houve ampliação dos estabelecimentos melhor estruturados, que empregam com registro em carteira de trabalho.

Cabe ainda sublinhar que esse processo de crescimento da formalização e maior estruturação da economia fora reforçado mediante um novo marco do setor público, iniciado

⁹ A crise cambial de 1999, que resultou na maxidesvalorização do real, foi enfrentada com um modelo de política econômica baseada em metas de inflação, taxa de câmbio flexível, obtenção de superávits primários e elevada taxa de juros, comumente chamado de modelo do “tripé macroeconômico”. Essa estratégia, associada à conjuntura externa favorável do início da década de 2000 – quando houve um boom de commodities aliado a um movimento de forte entrada de capitais estimulada pelo alto diferencial de taxa de juros –, num contexto de abertura comercial e financeira, implicou na valorização de forma continuada do real, a despeito da política de ampliação das reservas internacionais (BALTAR, 2010; BARBOSA & SOUZA, 2010).

¹⁰ Ver Dedecca e Lopreato (2013); Souen (2013).

¹¹ Ver DIEESE (2012); Krein e Teixeira (2014).

desde final dos anos 1990, no sentido de ampliar a fiscalização – o objetivo era elevar a arrecadação para garantir o superávit das contas públicas –, por meio da intensificação da atuação da Receita Federal e da intervenção das três instituições públicas da área do trabalho para o cumprimento da lei, a saber: Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho (CARDOSO JR., 2007; SIMÃO, 2009), impondo limites ao poder discricionário dos patrões e à liberdade de atuação do capital¹².

Dessa forma, o forte crescimento da geração de vagas formais de trabalho, juntamente com a maior formalização da economia, num movimento bastante desproporcional comparativamente ao crescimento do PIB, estão relacionados com esse processo mais amplo ocorrido na economia entre 2003 e 2008, com forte crescimento do consumo e do investimento, simultaneamente a um movimento de valorização da moeda nacional – reforçada ainda pelo diferencial entre a taxa de inflação brasileira (mesmo levando em conta o movimento de queda) e a taxa internacional. Num processo que se retroalimentou, devido a maior capacidade de consumo dos salários, elevou-se a demanda dos segmentos não *Tradables*, que apresentaram crescimento considerável de suas atividades, como foi o caso, por exemplo, de construção civil, comércio e reparação, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, atividades imobiliárias etc., com forte geração de emprego formal e maior estruturação, superando o desempenho do crescimento da economia.

O intenso crescimento do emprego formal e a maior formalização da economia entre 2003 e 2008, portanto, foram consequências de um modo de funcionamento da economia caracterizado, sobretudo, pela extraordinária melhora da atividade nos setores não *Tradables* e nos *Tradables* em que possuímos maior vantagem competitiva. Porém, essa forma de crescimento da atividade econômica, com o real sobrevalorizado, por longo período e que gerou muito emprego formal, implicou num PIB relativamente baixo, comparativamente ao forte crescimento do consumo e também do investimento. A explicação para tal desempenho guarda relação com o fato de que grande parte da demanda interna fora jogada para o mercado externo, movimento perceptível conforme os índices de forte penetração das importações que foram excedendo amplamente as exportações, chegando quase a dobrar o coeficiente importado ao final da primeira década dos 2000, apesar do saldo comercial ainda positivo até 2013¹³.

Ou seja, parte do dinamismo que o processo de valorização da moeda permitiu também causou um movimento de perda do potencial dinâmico do mercado interno gerado pela elevação da demanda agregada, que fluiu para o mercado externo, prejudicando, sobretudo, o setor produtivo e causando uma diminuição do saldo de comércio ao longo do período. Esse efeito de “fuga para fora”, portanto, implicou numa taxa de crescimento média anual do PIB de 5,1%, o que equivaleu a 23,5% a menos do que a taxa de crescimento médio anual do emprego formal que, segundo dados da RAIS, foi de 6,3%, e num produto industrial de 3,9% no período em questão. Essa forma de crescer, no entanto, ainda que com desempenho moderado do PIB, resultou numa fortíssima elevação do emprego formal e da formalização da economia.

Cabe sublinhar ainda que, a despeito desse processo de fuga para fora que impactou a nossa estrutura produtiva, até 2008, antes da crise internacional portanto, o setor da indústria de transformação apresentou maior estruturação e variação positiva considerável da taxa de emprego formal, de 40,0% – particularmente os segmentos que não sofreram a forte

¹² Importante destacar que a tese da flexibilização por meio da alteração da lei, – bastante presente durante a hegemonia do pensamento liberal dos anos 1990 – perdeu força com a melhora do mercado de trabalho, sobretudo após 2006, num momento de redefinição do papel do Estado, o que contribuiu para evitar o aprofundamento da fragilidade do nosso sistema de regulação social (KREIN, *et al.*, 2012, p. 2).

¹³ Ver dados de comércio exterior conforme a SECEX/MDIC. Ver também Santos (2013) e Medeiros (2015).

concorrência da importação de bens finais, como foi o caso da metalurgia, química, material de transporte, máquinas e equipamentos e produtos de metal que, mesmo com muita importação, foram basicamente importações de partes e componentes, significando muita montagem ou mesmo processamento interno, e, portanto, muita geração de emprego. Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, com os setores têxtil e de calçados, e o segmento de madeira e móveis que, como fornecedores de bens finais, sofreram diretamente o impacto dos produtos finais importados.

Desaceleração da atividade econômica e do emprego formal (2008-2013)

O contexto econômico favorável se alterou com a crise financeira internacional de outubro de 2008. A partir de então, as condições dos mercados externo e interno sofreram transformações que levaram a um arrefecimento do ritmo de crescimento da economia brasileira com desaceleração da demanda, principalmente do investimento, com consequências negativas para o mercado de trabalho. Porém, ainda que o ritmo de crescimento do emprego formal tenha diminuído quase à metade, a queda foi muito menos intensa do que a retração do ritmo de crescimento do PIB, fazendo com que a desproporcionalidade entre a variação do emprego formal e do PIB se verificasse ainda de forma mais pronunciada do que no período anterior. Sendo assim, é possível dizer que a relação entre o emprego formal e o PIB foi mais elevada ainda entre 2008 e 2013, comparativamente ao período precedente.

O ritmo de crescimento da economia brasileira foi bastante prejudicado pela crise financeira internacional de 2008, ainda que no imediato período pós-crise as providências anticíclicas do governo Lula (BARBOSA; SOUZA, 2010) tenham possibilitado a rápida reversão do cenário recessivo que se aguardava. Já em fins de 2008, iniciou-se uma massiva fuga de capitais, diminuição da oferta de crédito, doméstico e internacional, e redução do preço das commodities, diante da retração da demanda externa; no primeiro semestre de 2009, houve forte queda do PIB, e o ano findou com uma queda do produto da ordem de 0,2%. Nesse contexto, ocorreram a retração das exportações e a desvalorização da moeda nacional, afetando a confiança dos agentes econômicos e rebatendo no consumo e na atividade produtiva. Como consequência configurou-se um cenário de recessão técnica nos seis primeiros meses de 2009, o que não poderia deixar de afetar o mercado de trabalho, a partir das demissões massivas e considerável queda dos níveis de emprego, sobretudo no setor manufatureiro.

O quadro recessivo foi prontamente enfrentado pelo governo federal, com medidas anticíclicas, fiscal e monetária, para compensar a contração abrupta do crédito externo. Isso foi possível graças ao elevado nível das reservas internacionais (US\$ 210 bilhões à época) que permitiram ao governo uma rápida operação para a expansão da liquidez, tanto no mercado cambial, como no âmbito do mercado doméstico, o que evitou o contágio da retração da liquidez internacional no mercado interbancário nacional. Além disso, expandiu-se o crédito de curto prazo para o setor produtivo em geral, via BNDES, e para outros setores fortemente fragilizados, como agropecuária, construção civil, produção de insumos básicos e comercialização e produção de bens duráveis, via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Barbosa; Souza, 2010).

Tais iniciativas foram ainda complementadas pela implementação de um conjunto de desonerações tributárias temporárias que estimulou as vendas e o consumo, iniciando pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor automotivo em fins de 2008. A medida se estendeu no decorrer de 2009 atingindo outros segmentos, a saber: eletrodomésticos, setor moveleiro, material de construção, motocicletas e mesmo alguns itens

alimentícios. E, com a mesma lógica anticíclica, o governo federal promoveu transferências orçamentárias consideráveis aos estados e municípios, atingindo algo em torno de 0,2% do PIB em 2009 (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Todas essas medidas, a despeito da forte queda inicial do PIB, do crédito dos bancos privados e dos lucros, sustentaram o consumo das famílias e garantiram capital às empresas. Ademais, já no segundo semestre de 2009, ocorreu melhora do cenário internacional, com retorno do fluxo de capital externo, recuperação dos preços das commodities, apreciação do real, queda da inflação e da taxa de juro. Sendo assim, foi possível a rápida recuperação da economia e do mercado de trabalho brasileiros com a reversão da retração do emprego formal, que voltou a crescer rapidamente nas seis regiões metropolitanas, já na segunda metade de 2009, superando o pico pré-crise no mês de novembro do mesmo ano (OIT, 2011, p. 20-22).

A rápida intervenção do governo federal, portanto, não somente reverteu as condições ruins do cenário econômico, acelerando a recomposição da demanda já no segundo semestre de 2009, como viabilizou um quadro de expectativas favoráveis dos agentes econômicos, internos e externos, o que refletiu num ótimo resultado para o PIB de 2010, com elevação de 7,5%. Contudo, os estímulos à demanda significaram muito pouco em termos de aumento da produção manufatureira, uma vez que sua ampliação total, entre 2008 e 2010, de 0,3% ao ano, correspondeu a 1,0% do total do PIB. Esse desempenho foi ainda pior entre 2010 e 2012, quando a manufatura apresentou variação anual negativa de 1,3%. Nesse quadro, o que sustentou o crescimento do PIB e do emprego foram os setores não manufatureiros, ainda que numa trajetória de redução do ritmo de crescimento – seja da atividade econômica, seja da geração de emprego – uma vez que, entre 2006 e 2008, esses setores cresceram 5,9% ao ano, entre 2008 e 2010 o aumento foi de 4,1%, e entre 2010 e 2012, a variação anual foi de 2,3%¹⁴. Sendo assim, em 2011 o produto total da economia arrefeceu, com um crescimento de 3,9%, e continuou em queda em 2012, com aumento de apenas 1,0% (IPEADATA, 2016). Quanto à geração de emprego, o conjunto dos principais setores não *Tradables* que, entre 2003 e 2008, apresentaram crescimento médio anual de 7,5% para o emprego formal, entre 2008 e 2013 registrou aumento de 6,1% ao ano¹⁵.

O fraco desempenho da produção manufatureira teve forte relação com o ciclo de elevação da taxa básica de juros e com a adoção de medidas macro prudenciais para conter o crédito, sobretudo no setor de veículos, em fins de 2010 (FUNDAP, 2011). A taxa de juros, que vinha em uma trajetória de rápida queda desde janeiro de 2009, caindo de 13,8% a 8,8% em setembro, voltou a crescer, alcançando 12,5% em um período de dois anos, de setembro de 2009 a setembro de 2011 (IPEADATA, 2016). A estratégia era conter a demanda agregada, ante o recrudescimento da inflação em meados de 2010¹⁶ – a partir de um diagnóstico de inflação de demanda –, e fazer o ajuste fiscal para cumprir a meta de superávit primário, de 3,1% do PIB (FUNDAP, 2012; SERRANO; SUMMA, 2012). Nesse processo, houve considerável redução da taxa de crescimento do gasto público, que passou de 4,2% entre 2009 e 2010 para 1,9% entre 2010 e 2011. Quanto ao investimento do setor público, houve queda de 12% em termos reais no mesmo período, frente a um crescimento médio de 16,2% entre 2004 e 2010; e os investimentos das empresas estatais caíram 8,6%, ante uma elevação média de 14% entre 2004 e 2010. Diante disso, o ano de 2011 foi marcado por

¹⁴ Cf. Sistema de Contas Nacionais.

¹⁵ Cálculo computado considerando os setores de atividade conforme CNAE 95 – Seção, a saber: Construção civil, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transporte e armazenagem, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, Educação, Saúde e serviços sociais, e Serviços coletivos e pessoais (RAIS – MTE).

¹⁶ O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado oficialmente pelo governo para medir a inflação do país, em julho de 2010 era de 0,01%, passando a 0,63% em dezembro. O ano em questão registrou variação de 5,91%, contra uma inflação de 4,31% em 2009, e 6,50% em 2011(IPEADATA).

queda do ritmo de crescimento em todos os segmentos do setor privado em comparação ao mesmo período de 2010. O pior desempenho ficou com o setor da indústria de transformação, que registrou um crescimento de 10,4% em 2010 contra um crescimento de apenas 1,6% em 2011. A construção civil também apresentou uma forte queda de 11,7% para 3,6%. Outros setores que registram fortes quedas, mas em menor proporção, foram os setores de agricultura, cuja taxa de crescimento caiu de 6,3% para 3,9%, e o setor de serviços, que passou de 5,5% para 2,7% (IPEADATA, 2016).

Pela ótica da demanda, confirmou-se a retração da absorção interna com o arrefecimento do consumo das famílias, considerando o crédito mais caro e o elevado grau de endividamento e maior comprometimento do orçamento familiar com juros e amortizações. O crescimento do consumo das famílias, que fora de 7% entre 2009 e 2010, apresentou variação de 4,1% entre 2010 e 2011. O ritmo de crescimento do investimento teve queda ainda maior, considerando o forte aumento de 21,3% de 2009 para 2010; o resultado de 2010 para 2011 foi bastante tímido, registrando aumento de apenas 4,7%. Esse cenário de arrefecimento dos investimentos pode ser explicado pela desaceleração do consumo e do próprio investimento, tanto devido ao desaquecimento do mercado interno como da piora do mercado internacional. Dessa forma, o PIB, que havia crescido 7,5% em 2010, apresentou uma queda no ritmo de crescimento, registrando uma variação de apenas 3,9% em 2011 (IPEADATA, 2016).

Nesse contexto de arrefecimento da atividade econômica, o ritmo de crescimento do emprego formal conforme a RAIS foi bastante afetado, a despeito das taxas ainda bastante favoráveis. A variação média de 35,9% entre 2003 e 2008, ou 6,3% ao ano, deu lugar a um crescimento de 22,5% entre 2008 e 2013, o que significou uma variação média anual de 4,1%. Como já indicado acima, observando a composição setorial do emprego formal, o pior desempenho dos indicadores do emprego ficaram com o segmento da indústria de transformação, com variação significativa do emprego formal no primeiro período (40,0%) e forte retração no segundo momento (9,6%) – reflexo da perda de dinamismo da demanda agregada, bem como da transformação do cenário externo, desde a crise de 2008, num ambiente de forte acirramento da concorrência internacional, considerando ainda um câmbio que dificultou a competitividade externa dos produtos nacionais. Sendo assim, a contribuição da manufatura para a geração de emprego formal, tendo sido a segunda mais elevada de todos os setores de atividade em 2008, chegando a quase 20,0% de contribuição para o crescimento do emprego no conjunto dos setores de atividade, com mais de 2,0 milhões de empregos gerados, apresentou recuo de 12,1 pontos percentuais, em 2013.

Nesse cenário, a continuidade da elevação das taxas de emprego, ainda que em ritmo inferior ao período anterior à crise, fora sustentada pelos setores não *Tradables*. Conforme dados da RAIS, além da administração pública, as contribuições mais significativas foram dos segmentos de comércio e reparação, atividades imobiliárias, construção Civil, transporte, armazenagem e comunicação, e alojamento e alimentação, que em conjunto contribuíram com 66,0% do incremento total de vínculos de emprego formal entre 2008 e 2013. Se considerarmos também a administração pública nesse cálculo, teremos que a contribuição desses setores ao crescimento do emprego formal foi de 78,0%.

De qualquer forma, levando em conta os dez anos analisados, a despeito do arrefecimento do ritmo de crescimento dos indicadores após 2008, o emprego formal e a formalização das empresas e dos contratos de trabalho cresceram expressivamente, ultrapassando as taxas de crescimento do PIB ao longo do período. Entre 2003 e 2008, houve excelente desempenho da maioria dos setores de atividade, até mesmo da indústria de transformação, apesar do câmbio desfavorável. Já no segundo momento, entre 2008 e 2013, esse processo fora sustentado pelos setores não *Tradables*, bastante beneficiados ao longo dos dez anos, pela alteração do modo de funcionamento da economia, como resultado de uma

conjunção de fatores promotores de uma importante alteração econômica e institucional, favorecendo o crescimento com inclusão social. Cabe chamar atenção ainda para a maior atuação sindical e a mudança de postura do governo brasileiro, por meio da ampliação das políticas públicas mais favoráveis à base da pirâmide social, bem como da maior fiscalização.

Nesse processo, houve uma importante alteração da sociedade brasileira, com consequências positivas no sentido da tendência de estruturação da economia e do mercado de trabalho, o que permitiu um crescimento mais inclusivo. Contudo, após 2014, em virtude de transformações políticas e do aprofundamento da crise econômica, vem ocorrendo uma rápida reversão das condições favoráveis para o emprego e a renda, indicando um possível retrocesso no mercado de trabalho brasileiro. Esse cenário será tratado no item a seguir, a partir da análise do emprego formal com os últimos dados das principais regiões metropolitanas, conforme a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), bem como com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC).

III. A REVERSÃO DO EMPREGO FORMAL NOS ANOS RECENTES

O estoque de emprego formal no Brasil vinha aumentando rapidamente desde 2003/2004, com taxas de crescimento que excediam as taxas de crescimento do PIB, apontando para um processo de reestruturação do mercado de trabalho no país. Entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014, segundo a RAIS, o estoque de vínculos de emprego formal havia crescido 66,4%, ou cerca de 5,0% ao ano. Durante a confecção deste artigo, os últimos dados disponíveis da RAIS referiam-se ao ano de 2014; no entanto, dados amostrais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e, especialmente, da PNAD contínua (PNADC)¹⁷, apontam para uma inflexão nessa tendência, rompendo com um processo, até então contínuo, de crescimento do emprego formal e diminuição do desemprego.

Apesar da retração da tendência de crescimento econômico que se esboça desde 2011, o crescimento do emprego formal continuou positivo até pelo menos o biênio 2013/2014, quando as taxas de crescimento começaram a decrescer para, em 2015, se tornarem negativas. Conforme explicitado anteriormente, sobretudo a partir de 2011, iniciou-se um processo de arrefecimento da atividade econômica, o que resultou em desaceleração do ritmo de crescimento do emprego formal. De acordo com os dados da PME, o emprego formal nas regiões metropolitanas, que entre 2010 e 2011 cresceu 6,1% e vinha de uma tendência ascensional, salvo o breve intervalo da crise externa entre o final de 2008 e o primeiro semestre de 2009, passou a registrar um movimento de desaceleração, apresentando crescimento de 5,0% entre 2011 e 2012, 2,4% entre 2012 e 2013, e 1,9% entre 2013 e 2014. Essa tendência de desaceleração rapidamente se transformou em um movimento de queda entre 2014 e 2015, registrando uma taxa negativa de 1,2%. O dado consolidado mais recente, de fevereiro de 2016, aponta uma continuidade desse movimento, com uma taxa negativa de 0,5%, indicando um processo de reversão da tendência de estruturação do mercado de trabalho brasileiro que vinha se configurando desde 2003.

Assim, em comparação com os subperíodos 2003-2008 (pré-crise financeira mundial) e 2008-2013 (pós-crise financeira mundial), os últimos anos apontam para um movimento de inflexão que vem ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro após 2013. O conjunto do período compreendido entre os meses de fevereiro de 2013 e fevereiro de 2016 mostra que em

¹⁷ A PNAD, pesquisa amostral executada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), explora diversas características socioeconômicas da sociedade brasileira. A partir de 2013, o IBGE passou a executar a PNAD trimestralmente, reformulada, por meio do sistema de acompanhamento de domicílios. Essa nova série da PNAD passou a ser denominada de PNAD contínua.

três anos a evolução do emprego formal metropolitano está muito aquém do que precisaria para alcançar resultados semelhantes aos dos subperíodos anteriores (ver Tabela 1, abaixo).

Os dados da PME corroboram com a afirmação de que os setores de não *Tradables* foram os que mais contribuíram para o crescimento do emprego formal no período 2003-2013. No subperíodo compreendido entre 2003 e 2008, o emprego formal nas regiões metropolitanas cresceu cerca de 20%, sendo fortemente influenciado pelos setores de intermediação financeira, atividades imobiliárias e, especialmente, como veremos adiante, serviços às empresas, que contribuíram com 31% do crescimento do emprego formal metropolitano no período, pelos setores de administração pública e serviços sociais, que contribuíram com 21,4%, e comércio e reparação, que contribuíram com 16,2%. Além desses setores, outro setor em que o emprego formal cresceu bastante foi a construção civil, que só não teve maior contribuição ao crescimento geral porque representava uma porcentagem menor do total do emprego formal geral (4,1%, em 2008). É notório o fato de que, nas regiões metropolitanas, a maior parte do emprego é normalmente gerada pelos setores de comércio, construção civil e, principalmente, serviços – setores tipicamente das áreas urbanas e de grande peso nas metrópoles.

No subperíodo compreendido entre fevereiro de 2008 e fevereiro de 2013, o emprego formal metropolitano cresceu com vigor ainda mais acentuado, registrando variação de 24,6%. Aumento superior ao registrado para o país como um todo, a partir dos dados da RAIS, que foi de 22,5%, apontando para o melhor desempenho das atividades urbanas mais ligadas a comércio e serviços que, como os números comprovam, sustentaram o avanço do emprego nessa fase, ao contrário da manufatura, bastante prejudicada com a reversão do cenário externo após a crise internacional.

Tabela 1: Variação do emprego formal por setor de atividade em períodos selecionados. Brasil: 2003-2016.

Setor de atividade	2003-2008			2008-2013			2013-2016		
	Δ (%)	Contrib. (Δ %)	Particip. 2008 (%)	Δ (%)	Contrib. (Δ %)	Particip. 2013 (%)	Δ (%)	Contrib. (Δ %)	Particip. 2016 (%)
Indústria extrativa e de transformação e utilidade pública	12,3	13,6	20,7	16,6	14,0	19,4	-16,9	-3227,1	16,1
Construção civil	24,4	4,8	4,1	65,1	10,8	5,4	-13,2	-705,0	4,7
Comércio e reparação	19,0	16,2	16,9	22,7	15,6	16,6	6,0	979,9	17,6
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e serviços à empresa	37,3	31,0	19,0	28,3	21,9	19,6	7,1	1376,1	20,9
Administração pública e serviços sociais	18,1	21,4	23,3	18,9	17,9	22,2	6,4	1390,1	23,6
Outros serviços	17,3	13,9	15,8	29,9	19,2	16,4	2,1	341,4	16,8
Outras atividades	-36,5	-0,8	0,2	67,7	0,7	0,3	-17,0	-55,4	0,3
Total	20,0	100	100	24,6	100	100	0,1	100	100

Fonte: PME-IBGE. Elaboração própria.

A forte reversão que a tendência de crescimento do emprego formal sofreu nos últimos três anos fica evidente nos dados da PME. Entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2016, o emprego formal nas regiões metropolitanas praticamente se estagnou, registrando um crescimento de 0,1%. A análise setorial nos mostra que os principais setores responsáveis pela quebra da tendência de crescimento foram exatamente os setores ligados à indústria em geral e à construção civil, setores que em anos anteriores haviam contribuído significativamente para o crescimento do emprego formal, embora não tivessem sido os principais. Os setores da

indústria foram os que mais contribuíram para a estagnação do crescimento do emprego formal metropolitano, com uma queda de 16,9% entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2016, ao passo que o emprego formal na construção civil, setor que registrou forte crescimento anteriormente, caiu 13,2% no mesmo período.

De fato, os anos recentes têm sido desastrosos para o emprego formal, especialmente na indústria e na construção. Os dados da PME mostram que esses setores foram os únicos em que a evolução do emprego formal apresentou resultados sistematicamente negativos, acompanhando de perto a retração econômica que se desenhava em 2014 e que se aprofundou em 2015. A indústria como um todo diminuiu seu estoque de empregos formais em 2,5%, 7,7% e 7,6% em 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Já a queda mais significativa no emprego formal da construção civil começou em 2015, com uma queda de 9,2%, e se arrefeceu um pouco em 2016, registrando queda de 4,2% (ver Tabela 2, abaixo). Não por acaso, o PIB do ano de 2015 foi o pior em toda a série histórica analisada.

Tabela 2: Variação do PIB e do emprego formal por grandes setores de atividade. Brasil: 2003-2016.

Período	Indústria ¹	Construção Civil	Comércio e Reparação	Serviços às Empresas ²	Adm. Pública e Serviços Sociais	Outros Serviços	Total	PIB
2003-2004	-1,7	0,8	-1,5	-0,2	-2,0	-4,3	-2,0	5,7
2004-2005	4,4	-4,5	3,6	11,2	4,5	6,6	5,5	3,2
2005-2006	4,6	7,0	3,5	7,9	7,9	-0,3	5,0	4,0
2006-2007	2,5	2,0	3,1	7,5	1,2	5,0	3,6	6,1
2007-2008	2,1	18,3	9,2	6,8	5,7	9,8	6,7	5,2
2008-2009	2,4	16,0	2,8	1,7	3,7	1,7	3,1	-0,3
2009-2010	2,8	12,6	5,6	8,8	2,8	9,2	5,9	7,5
2010-2011	6,0	9,7	7,5	7,2	2,7	7,2	6,1	2,7
2011-2012	2,1	9,2	6,1	7,7	5,3	2,4	5,0	1,0
2012-2013	2,3	5,6	-1,0	0,5	3,2	6,6	2,4	2,5
2013-2014	-2,5	-0,2	2,4	3,0	4,8	1,4	1,9	0,1
2014-2015	-7,7	-9,2	2,2	2,9	-0,8	0,3	-1,2	-3,8
2015-2016	-7,6	-4,2	1,2	1,0	2,3	0,5	-0,5	-

Fonte: PME-IBGE e IPEADATA. Elaboração própria.

¹ Indústria extrativa e de transformação e utilidade pública

² Intermediação financeira, atividades imobiliárias e serviços à empresa

Ainda assim, apesar de positivos, os resultados nos outros setores também não foram animadores, uma vez que suas taxas de crescimento apresentaram resultados aquém do anteriormente registrado. Chama-se a atenção para a única exceção nesse subperíodo de 2013 e 2016, que foi o setor de administração pública e serviços sociais, com um crescimento de 4,8% entre 2013 e 2014, refletindo possivelmente o esforço do governo para expandir os serviços sociais públicos, como saúde e educação, especialmente diante de um forte quadro de desaceleração econômica. Além do mais, destaca-se nesses anos o crescimento dos setores de comércio e reparação e serviços às empresas, que tiveram crescimento de 2,4% e 3,0%, respectivamente. Graças ao crescimento do emprego nesses setores, o emprego formal metropolitano em geral, entre os anos de 2013 e 2014, apresentou uma taxa de crescimento positiva, ainda que em ritmo decrescente. De toda forma, com o forte arrefecimento da demanda agregada, que se aprofundou a partir de 2014, o mercado de trabalho metropolitano vem sofrendo sistematicamente, o que resulta num estoque de vínculos formais praticamente estagnados na comparação entre 2003 e 2016. Tal resultado só não é mais preocupante devido

ao movimento de retração da PEA nas áreas metropolitanas de 1,7%, ao longo dos 13 anos analisados.

Para uma análise mais ampla do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos foram utilizados os novos dados da PNAD contínua (PNADC), possibilitando compreender melhor o fenômeno da retração do emprego formal para o conjunto do país, como segue na Tabela 3 (a seguir). Segundo a pesquisa da PNADC, não apenas o emprego formal¹⁸, como o emprego em geral, vêm registrando contínua retração, especialmente frente ao crescimento da taxa de desemprego. Como já demonstrado pelos dados da PME, os dados trimestrais da PNADC apontam que o estoque de empregos em geral seguiu crescendo até, pelo menos, o segundo trimestre de 2014, quando se iniciou a reversão do crescimento do emprego geral e, em especial, do emprego formal.

Segundo a PNADC, o emprego geral seguiu crescendo até o segundo trimestre de 2014, registrando uma variação de 3,4% (equivalente a um crescimento trimestral de 0,6%) entre o primeiro trimestre de 2013 e o segundo trimestre de 2014, enquanto o estoque do emprego formal registrou um crescimento de 5,3% (equivalente a um crescimento trimestral de 0,9%) para o mesmo período. Após o segundo trimestre de 2014, os estoques de emprego, tanto do emprego geral quanto do emprego formal, passam a sofrer fortes quedas, registrando diminuição de 4,7% (equivalente a uma queda trimestral de 0,6%) e 4,5% (equivalendo a uma queda trimestral também de 0,6%) entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016, respectivamente. Essa tendência de deterioração gradual do mercado de trabalho que se esboça desde 2014 pode ser observada de modo mais geral na Tabela 3.

Entre o primeiro trimestre de 2013 e o segundo trimestre de 2014, o emprego formal seguiu crescendo continuamente, sem interrupções, acompanhando o crescimento do PIB pelo menos até o primeiro trimestre de 2014. Salvo características sazonais da série, observa-se que no ano de 2013, apesar do baixo crescimento do PIB e da deterioração do emprego nos setores de indústria e construção civil (vistos anteriormente), o emprego formal continuou em ascensão, mesmo que em um ritmo bastante baixo. O desemprego, mesmo com a elevação sazonal verificada no início de cada ano, manteve-se relativamente baixo, não ultrapassando 8% e chegando a alcançar o menor valor do período coberto pela PNADC – 6,2% no quarto trimestre de 2013.

¹⁸ Na PNADC, compreende-se o emprego formal como a soma dos empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, dos trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, dos empregados do setor público com carteira de trabalho assinada, dos militares e dos servidores públicos estatutários. Na PME, não são contabilizados os trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada.

Tabela 3: Composição e evolução trimestral dos componentes da Força de Trabalho e do PIB. Brasil: 1ºtrim.2003-1ºtrim.2016.

		Pessoas Ocupadas						Força de Trabalho	PIB
		Empregados Formais	Empregados Informais	Empregadores	Conta-Própria	Familiares Auxiliares	Pessoas Desocupadas		
1T/2013	%	46,8	17,4	3,8	21,1	2,9	8,0	100	2,81
	Δ%	-	-	-	-	-	-	-	
2T/2013	%	47,0	17,5	3,8	21,3	2,9	7,4	100	4,09
	Δ%	1,0	1,4	2,1	1,6	1,1	-6,2	0,6	
3T/2013	%	47,5	17,7	3,8	21,4	2,7	6,9	100	2,76
	Δ%	1,1	0,9	-0,5	0,6	-5,2	-6,5	0,1	
4T/2013	%	47,9	17,5	3,9	21,7	2,9	6,2	100	2,41
	Δ%	0,8	-1,3	2,2	1,6	4,6	-10,9	0,0	
1T/2014	%	48,2	16,9	3,8	21,3	2,7	7,2	100	3,17
	Δ%	1,0	-2,9	-2,3	-1,8	-5,8	16,5	0,4	
2T/2014	%	48,5	16,8	3,8	21,3	2,7	6,8	100	-0,83
	Δ%	1,2	0,2	0,4	0,8	0,2	-4,0	0,5	
3T/2014	%	48,3	16,8	3,8	21,7	2,6	6,8	100	-1,08
	Δ%	-0,3	0,0	0,7	1,9	-2,4	-0,9	0,2	
4T/2014	%	48,1	17,0	4,0	21,9	2,6	6,5	100	-0,68
	Δ%	-0,2	1,3	4,9	1,4	-0,1	-3,8	0,4	
1T/2015	%	47,2	16,3	4,1	21,8	2,7	7,9	100	-2,02
	Δ%	-1,0	-3,6	3,4	0,0	4,0	23,0	0,6	
2T/2015	%	46,8	16,3	4,0	21,9	2,7	8,3	100	-2,99
	Δ%	-0,4	1,0	-1,9	1,3	0,8	5,3	0,6	
3T/2015	%	46,0	16,5	4,0	22,0	2,6	8,9	100	-4,45
	Δ%	-1,1	1,4	1,5	0,8	-2,4	7,5	0,5	
4T/2015	%	46,0	16,3	3,9	22,6	2,3	9,0	100	-5,89
	Δ%	0,1	-0,9	-2,5	3,1	-11,9	1,0	0,2	
1T/2016	%	45,0	15,5	3,7	22,8	2,1	10,9	100	-
	Δ%	-1,7	-4,3	-5,8	1,2	-6,7	22,2	0,4	

Fonte: PNADC-IBGE e IPEADATA. Elaboração Própria

Apesar da desaceleração já verificada, tanto do PIB quanto do emprego formal, o ano de 2013 ainda apresentou um comportamento razoável para a atividade econômica e especialmente para o mercado trabalho, aspectos positivos que começam a se reverter no ano de 2014. No primeiro trimestre de 2014, houve um forte aumento do desemprego (16,5%) e uma acentuada queda do estoque de empregos em várias modalidades de emprego (conta própria, auxiliares familiares e informais), com a única exceção para o emprego formal, que se manteve crescendo. Esse comportamento do mercado de trabalho nos primeiros meses do ano, provavelmente, tem um componente de sazonalidade, porém a perda de vigor da atividade econômica refletiu num crescimento modesto do emprego formal que, associado à retração das outras posições na ocupação, resultou num crescimento forte do desemprego. A partir do segundo trimestre de 2014, os resultados trimestrais do PIB foram continuamente

negativos, transformando a tendência de desaceleração da economia em recessão¹⁹ e contribuindo para o pífio resultado anual de 0,1%. Ainda que a taxa de desemprego tenha se mantido relativamente baixa ao longo do ano, o emprego formal só conseguiu apresentar variação positiva até o segundo semestre de 2014; a partir daí passou a ter uma trajetória de queda que vem se mantendo praticamente até 2016.

Como mostram os dados, é importante destacar aqui os reflexos da crise, inaugurando um movimento de reversão daquela tendência estruturante do mercado de trabalho que vinha se dando até o começo de 2014. Na análise trimestral é possível verificar que a partir do terceiro trimestre de 2014, quando o emprego formal apresentou uma sequência de resultados negativos, a modalidade dos trabalhadores por conta própria registra números sempre positivos, chegando ao último trimestre de 2015 com o melhor resultado comparativamente às outras posições na ocupação, indicando o crescimento das estratégias de subsistência diante da piora do mercado formal de trabalho.

Os números do ano de 2015 apenas corroboram a afirmação de que o ano de 2014 inaugurou uma tendência recessiva na economia brasileira, registrando resultados trimestrais do PIB cada vez mais negativos, chegando a apresentar queda de 5,9% no quarto trimestre de 2015 e contribuindo para uma forte queda anual de 3,8%. Nesse ano, o emprego formal assumiu uma trajetória constantemente negativa, registrando quedas de até 1,1% e uma breve estagnação no quarto trimestre, e o desemprego ultrapassou a faixa dos 8%, chegando a 9% no último trimestre. O primeiro trimestre de 2016 aponta o aprofundamento dessa tendência, registrando um forte recuo do emprego em geral. Conforme já apontado, a sazonalidade dos primeiros meses do ano está presente nesse comportamento, contudo o quadro recessivo atingiu mais fortemente o emprego formal, que registrou um recuo de 1,7%. As modalidades menos protegidas, como o emprego informal e o familiar auxiliar, registraram quedas ainda maiores, de 4,3% e 6,7%, respectivamente. Esse desempenho está relacionado, por um lado, com a recessão econômica que implica na queda do emprego em geral. Mas por outro lado também com a maior dificuldade de surgimento de empregos menos protegidos, em um ambiente institucional caracterizado por maior proteção ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos, seja pelo crescimento da formalização dos estabelecimentos, seja pela maior atuação sindical e das instituições públicas de proteção do trabalho. Nesse cenário, e diante da retração do mercado formal de trabalho, ocorre um crescimento do trabalho por conta própria e do desemprego, que vem alcançando proporções que não eram vistas desde o início dos anos 2000, chegando a quase 11% da Força de Trabalho.

Para o melhor entendimento do movimento apontado acima, de deterioração da economia e do mercado de trabalho, com ênfase no emprego formal, a análise a seguir procura ampliar a investigação, a partir dos dados da PNADC, observando a composição setorial do emprego formal. O estudo confirma as conclusões já apontadas pela pesquisa da PME. Ou seja, que dentre os setores que mais contribuíram para os piores resultados do emprego formal dos últimos anos, os principais foram a indústria e a construção, muito embora os dados apontem que a desestruturação do mercado de trabalho esteja rapidamente se alastrando por todos os setores de atividade da economia, mesmo aqueles que mais cresceram nos últimos anos e que estavam relativamente protegidos da concorrência e da volatilidade do mercado externo, como comércio e serviços.

¹⁹ Segundo a série do IPEADATA, a última vez que o PIB brasileiro teve um ou mais resultados trimestrais negativos seguidos foi em 2009, por ocasião da crise financeira internacional. Ainda assim, foram apenas os três primeiros trimestres do ano de 2009, com a economia brasileira começando a apresentar sinais de recuperação ainda no quarto trimestre de 2009. Na atual crise, a recessão já dura dois anos e o PIB vem registrando quedas cada vez mais acentuadas, configurando uma tendência de aprofundamento da crise.

Os dados da Tabela 4 **Tabela 4** abaixo demonstram que a evolução do emprego formal no ano de 2013, embora positiva de modo geral, teve momentos de retração, especialmente nos setores de administração pública e entre os serviços domésticos. Na administração pública, pode-se chamar a atenção para a queda na arrecadação fiscal, o que limitou o crescimento dos gastos públicos, enquanto que a queda no estoque de empregos formais no setor de serviços domésticos pode ter refletido muito mais a migração de trabalhadores deste setor para outros setores do que uma desestruturação em si. No geral, o ano de 2013 apresentou crescimento moderado do emprego formal, mas ainda assim positivo, especialmente entre aqueles setores que abrigam maiores proporções do emprego formal geral, como comércio, indústria e, especialmente, serviços sociais e administrativos, que continuaram registrando resultados positivos, ainda que decrescentes.

Tabela 4: Variação trimestral do emprego formal por setor de atividade. Brasil: 1ºtrim.2003-1ºtrim.2016.

	1T/2013	2T/2013	3T/2013	4T/2013	1T/2014	2T/2014	3T/2014	4T/2014	1T/2015	2T/2015	3T/2015	4T/2015	1T/2016
Agricultura ¹	-	0,0	3,8	0,1	-9,2	2,8	1,6	-2,4	-0,1	-1,3	-1,5	6,8	-0,7
Indústria geral	-	1,3	-1,1	0,9	1,1	1,6	1,1	-0,8	-1,1	-1,4	-3,6	-4,9	-5,1
Construção civil	-	1,7	2,7	0,1	-1,2	-4,4	-6,4	-1,3	-4,7	-11,7	1,7	14,1	-6,3
Comércio ²	-	0,3	1,6	2,0	2,0	0,4	-1,1	0,2	-0,8	-0,3	-0,1	1,5	-2,2
Transporte ³	-	4,4	-0,4	1,8	1,7	-0,4	-3,6	1,4	0,8	-0,7	-3,8	8,5	-4,1
Alojamento e alimentação	-	-0,8	13,2	0,9	2,2	-0,7	1,8	2,8	-2,0	-0,6	0,1	3,7	-1,1
Serviços administrativos ⁴	-	2,7	0,0	0,2	1,7	4,2	2,0	-2,0	-2,0	2,6	-1,3	-10,5	2,2
Administração pública ⁵	-	-0,1	-2,1	-0,9	1,8	2,1	-0,8	-8,2	-1,6	0,1	0,4	-2,7	-1,0
Serviços sociais ⁶	-	1,7	3,0	0,6	1,4	0,6	0,1	6,7	-0,1	1,1	0,1	5,7	-0,8
Outros serviços	-	2,7	12,6	-1,4	2,2	1,8	-6,3	2,1	0,7	0,4	-0,3	-4,6	-0,6
Serviços domésticos	-	-6,0	-2,9	4,4	0,5	2,0	0,6	0,5	1,1	-1,3	-1,4	10,4	3,9
Total	-	1,0	1,1	0,8	1,0	1,2	-0,3	-0,2	-1,0	-0,4	-1,1	0,1	-1,7

Fonte: PNADC-IBGE. Elaboração Própria

¹ Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura ⁵ Administração pública, defesa e seguridade social

² Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas ⁶ Educação, saúde humana e serviços sociais

³ Transporte, armazenagem e correio

⁴ Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas

Na análise setorial do emprego formal, sua reversão também fica clara a partir do terceiro trimestre de 2014, quando mais setores passaram a apresentar variações negativas em seus estoques de emprego formal. Note-se a variação de setores de importante representatividade, como construção civil, que apresentaram fortes quedas entre o segundo e o terceiro trimestres de 2014, 4,4% e 6,4%, respectivamente, e a administração pública, com uma forte queda no quarto trimestre, de 8,2%. Apesar dos resultados negativos, esses setores não representam ainda a maior parte do emprego formal (que está localizado, sobretudo, nos setores de comércio e serviços), de modo que o desemprego ainda se manteve bastante baixo no ano de 2014, como verificado na Tabela 3. Ainda assim, foram resultados suficientemente significativos para delimitar o rompimento de uma tendência de estruturação do mercado de

trabalho que vinha inalterada até mesmo após a crise de 2008, quando o emprego formal continuou numa trajetória de crescimento, ainda que em ritmo menor.

O ano de 2015 marca definitivamente a inflexão que o mercado de trabalho vem sofrendo no últimos anos. Praticamente todos os setores passaram por trimestres de crescimento negativo do emprego formal, alguns com quedas bastante acentuadas, como o emprego formal na indústria, que caiu 3,6% no terceiro trimestre e 4,9% no quarto trimestre, e no setor de transporte, armazenagem e correios, que caiu 3,8% no quarto trimestre de 2015. Além desses, chama-se a atenção para a continuidade da forte queda no emprego formal pela qual passou a construção civil, com mais de 11% de retração no segundo trimestre – a despeito do forte crescimento de 14,1% que teve no quarto trimestre, o que ajudou a segurar o resultado geral deste setor no ano de 2015 –, e os serviços administrativos, com uma queda de 10,5% no quarto trimestre de 2015. Apesar da diferença entre as amostras da PME (emprego formal urbano e maiores de 11 anos) e da PNAD (emprego formal geral e maiores de 14 anos), pode-se observar como os dados do emprego formal de uma e de outra pesquisa apontam para o mesmo processo de desestruturação do mercado de trabalho no ano de 2015: destruição de vagas formais e crescimento de alternativas de ocupação nitidamente como estratégia de subsistência como a dos trabalhadores por conta própria, além do aumento do desemprego.

Por fim, observando os setores de atividade, os dados do primeiro trimestre de 2016 apontam para um aprofundamento da desestruturação do mercado de trabalho com aumento do desemprego em setores estratégicos e com forte capacidade de retroalimentação da demanda agregada, como a indústria de transformação e a construção civil, impactando na retração da atividade em geral e, portanto, na queda do emprego dos outros segmentos. Esses setores, sendo bastante vulneráveis às incertezas políticas e econômicas e ao desmonte da capacidade de investimento do Estado que vem ocorrendo nos últimos anos, contribuem fortemente para a queda do ritmo de investimento e a desaceleração da demanda agregada, afetando o emprego formal em geral. A construção civil foi a mais afetada, passando a empregar 6,3% trabalhadores formais do que o trimestre anterior, seguida da indústria de transformação, com 5,1% a menos. Sobre o reflexo nos outros setores, por exemplo, se deve chamar a atenção para a forte queda do emprego formal no setor de transporte, refletindo a queda na produção e na demanda experimentada pela atividade econômica em geral.

Outros setores apresentaram queda menos acentuada do emprego formal, embora ainda alta – de 2,2% para o caso do comércio –, ou ainda elevação mais moderada, como o crescimento de 2,2% nos serviços administrativos. Tais setores também serão atingidos caso a crise se prolongue, afetando os segmentos nos quais o emprego formal mais cresceu na última década²⁰. O emprego no comércio e nos serviços é altamente dependente do consumo e da demanda internos, de modo que a continuidade do processo recessivo, realimentando a retração do emprego na indústria e na construção civil, rapidamente agravará a queda da demanda agregada, ampliando os níveis de desemprego nesses setores. Esse aumento do desemprego, guardadas as devidas proporções, ocorrerá de modo similar ao que vemos hoje na indústria e na construção civil, setores que também tiveram grande importância no crescimento do emprego formal verificado no período anterior. Mas afetará mais profundamente o mercado de trabalho como um todo, pois comércio e serviços administrativos, que já apresentavam alta participação relativa na estrutura ocupacional no início dos anos 2000, foram os segmentos em que o emprego formal mais cresceu até 2014.

²⁰ Ver Souza Campos (2016).

Tabela 5: Variação do emprego formal por setor de atividade, em períodos selecionados. Brasil: 1ºtrim.2003-1ºtrim.2016.

	1T/2013-2T/2014	2T/2014-1T/2016	1T/2013-1T/2016
Agricultura ¹	-3,0	2,2	-0,9
Indústria geral	3,9	-14,9	-11,6
Construção civil	-1,3	-15,4	-16,5
Comércio e Reparação ²	6,3	-2,9	3,3
Transporte ³	7,1	-2,1	4,9
Alojamento e alimentação	15,0	4,6	20,3
Serviços Administrativos ⁴	8,9	-9,3	-1,2
Administração Pública ⁵	0,7	-13,1	-12,5
Serviços Sociais ⁶	7,5	13,3	21,8
Outros Serviços	18,6	-8,6	8,5
Serviços domésticos	-2,4	14,1	11,4
Total	5,3	-4,5	0,5

Fonte: PNADC-IBGE. Elaboração Própria

¹ Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura

² Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas

³ Transporte, armazenagem e correio

⁴ Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas

⁵ Administração pública, defesa e seguridade social

⁶ Educação, saúde humana e serviços sociais

De um modo geral, o emprego formal foi mais afetado no período posterior ao segundo trimestre de 2014 do que no período compreendido do primeiro trimestre de 2013 ao primeiro trimestre de 2014 (ver Tabela 5, acima). Enquanto o emprego formal em geral cresceu 5,3% entre o primeiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2014, do segundo trimestre de 2014 ao primeiro trimestre de 2016 o emprego formal caiu 4,5%, representando um saldo positivo de apenas 0,5% entre os primeiros trimestres de 2013 e 2016. Em suma, até o momento, a retração da tendência de crescimento do emprego formal praticamente zerou os ganhos obtidos, pelo menos, desde 2013. Esse resultado, como já dito, teria se dado principalmente em função dos setores de indústria e construção civil, com quedas de 14,9% e 15,4% entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016, respectivamente, e os setores de serviços administrativos e a administração pública, com quedas de 9,3% e 13,1%, respectivamente.

IV. CONCLUSÃO

Entre 2003 e 2008, enquanto houve forte elevação da demanda agregada, o emprego formal cresceu expressivamente, para além do crescimento do PIB, na maioria dos setores, *Tradables* e não *Tradables*. Sobretudo na construção civil, nos serviços e no comércio, mas também na indústria de transformação, o emprego formal teve excelente desempenho, com aumentos acima da variação média do conjunto dos setores. Todavia, entre 2008 e 2013, após a crise internacional, mesmo com taxas de crescimento significativas, e ainda bem acima do

PIB, o ritmo de crescimento do emprego perdeu força, num contexto de arrefecimento da atividade econômica. O melhor desempenho ficou com os setores não *Tradables*, que sustentaram os indicadores ainda favoráveis, como o setor de serviços e construção civil, sendo que, um dos piores resultados registrados foi no setor manufatureiro que, dados a sua dimensão, o seu peso e os efeitos multiplicadores característicos da sua dinâmica de funcionamento, foi o setor que mais impactou para a perda de ritmo do avanço do emprego formal.

Dessa forma, ao longo do segundo período, os indicadores do emprego formal foram perdendo sua pujança, principalmente pelo enfraquecimento do ritmo de atividade do setor manufatureiro que foi profundamente afetado pela crise externa, num cenário de acirramento da competição internacional e de arrefecimento da demanda interna, mais intensamente do investimento que, a partir da sua própria desaceleração, retroalimentou a retração da indústria em geral e da demanda agregada como um todo.

De qualquer forma, levando-se em conta os dez anos entre 2003 e 2013, o emprego formal e a formalização das empresas e dos contratos de trabalho cresceram fortemente e de modo desproporcional, comparativamente ao aumento do PIB, o que resultou em ótimo desempenho dos indicadores do assalariamento formal no conjunto do período, a despeito da piora das condições da economia após a crise externa. À vista disso e considerando a queda da maioria das outras posições na ocupação, sobretudo do trabalho informal, do trabalho não remunerado, e do trabalho por conta própria, ao longo dos dez anos em questão houve uma significativa e nada trivial alteração da sociedade brasileira, com consequências importantíssimas no sentido da tendência de estruturação da economia e do mercado de trabalho, conformando uma condição socioeconômica mais justa ao proporcionar a grande inclusão social via ampliação do emprego assalariado formal e, portanto, dos direitos sociais da massa trabalhadora.

Esse movimento de estruturação e avanço do mercado de trabalho no Brasil foi minado por um arrefecimento do crescimento econômico que já vinha se desenhando, pelo menos desde 2011/2012, mas que se tornou mais intenso a partir de 2014, levando a resultados negativos do PIB desde 2015, devido ao aprofundamento da retração da demanda agregada, diante da queda no consumo, da conjuntura recessiva, do crescimento do endividamento, do encarecimento do crédito e da inflação em alta. Tal contexto afetou diretamente a demanda por bens duráveis, especialmente aqueles de alto valor unitário, como automóveis e eletrodomésticos, impactando diretamente a indústria de transformação, já bastante abalada com a retração dos investimentos desde a crise internacional de 2008. O quadro recessivo foi ainda reforçado pela crise do setor petrolífero e pelo segmento da construção civil, setores com alto efeito multiplicador e que foram profundamente prejudicados com os escândalos de corrupção e a crise política que atingiu o governo culminando no impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2015.

Nesse processo, as bases de dados, seja a PME, seja a PNADC, mostram reversão sensível dos indicadores do emprego formal a partir de meados de 2014, praticamente em todos os setores de atividade, com exceção apenas de alguns serviços, como alojamento e alimentação e serviços sociais, e da agricultura. Os piores resultados do emprego formal com variações negativas ocorreram, sobretudo, no setor industrial e no setor da construção civil, segmentos que puxaram para baixo o resultado geral do emprego formal do conjunto dos setores. É importante destacar que a situação mais crítica para o emprego formal se deu a partir do primeiro trimestre de 2015 que, se comparado com o mesmo período de 2016, resulta em quase 1,5 milhões de vínculos formais a menos, sendo que, desse total, a indústria contribuiu com a perda de 1,3 milhões e a construção civil com quase 90 mil vínculos.

Conforme os dados, portanto, deve ser sublinhado o rápido crescimento do desemprego, acompanhado do aumento dos trabalhadores por conta própria, movimento que expressa nitidamente a acelerada deterioração do mercado de trabalho brasileiro, permitindo concluir que entramos em uma trajetória reversa à trajetória estruturante da década compreendida entre 2003 e 2013.

Essas transformações econômicas e políticas, portanto, criaram as condições para o rompimento da tendência de estruturação pela qual o mercado de trabalho brasileiro e a base da pirâmide social vinham passando desde o início do século, interrompendo o crescimento do emprego formal e implicando no aumento das formas mais precárias de subsistência e das taxas de desemprego. Caso o país não possa superar o rompimento institucional da democracia e enfrentar a agenda regressiva e reacionária em curso – caracterizada pelo ataque frontal dos interesses conservadores a todas as conquistas sociais e trabalhistas inscritas na Constituição de 1988 –, a crise se aprofundará e tenderá a ser duradoura, de forma que os níveis de desemprego crescerão ainda mais, além do aumento das formas mais precárias de ocupação, causando a ruptura definitiva do processo de crescimento econômico com inclusão social que vínhamos experimentando no país por mais de uma década.

Recebido em 23 de setembro de 2016.

Aceito em 10 de dezembro de 2016.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. E. A. *Emprego, políticas de emprego e política econômica no Brasil*. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; LEONE, E.; PRONI, M. W.; MORETTO, J. A.; MAIA, A. G.; SALAS, C. Trabalho no governo Lula; uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*, Berlim, n. 9, maio 2010.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. B. P. de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, p. 57-110, 2010.

CARDOSO JR., J. C. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal. *Texto para Discussão* n.1310, Brasília, IPEA, 2007.

CARDOSO JR., J. C.; HAMASAKI, C. S. Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e proteção social: a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000). *Texto para Discussão* n. 2021, Brasília, IPEA, dez. 2014.

CASTRO, J. A. de. Política social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (Orgs.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, v. 1, p. 167-196, 2013.

DEDECÇA, C. S.; LOPREATO, F. L. C. Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho. *Textos para Discussão* n. 225, Campinas, Instituto de Economia Unicamp, 2013.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012.

FUNDAP. Intervenções macroprudenciais no mercado de crédito e no mercado de câmbio. *Conjuntura Econômica em Foco, Boletim de Economia* n. 3, São Paulo, Fundap, abr. 2011.

FUNDAP. Desempenho recente da atividade econômica no Brasil: há espaço para acelerar o crescimento? *Conjuntura Econômica em Foco, Boletim de Economia* n. 18, São Paulo, Fundap, setembro de 2012.

IBGE. *Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, out./dez. 2011.

IPEADATA. *Dados macroeconômicos e regionais*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15/08/2016.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. *Nueva Sociedad* n. 239 (especial em português), junho de 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/a-formalizacao-do-trabalho-crescimento-economico-e-efeitos-da-politica-laboral-no-brasil/>. Acesso em: 23/09/2016.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. *Texto para Discussão* n. 201, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, fevereiro de 2012.

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V. et al. (Orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014. (Trabalho & desigualdade, 18).

MEDEIROS, C. A. de. *Inserção externa, crescimento e padrão de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.

OIT. *Brasil: Uma estratégia inovadora de crescimento com equidade*. Genebra: Escritório da Organização Internacional do Trabalho, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho, 2011.

OLIVEIRA, T. *Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro*. 2014. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2014.

SANTOS, C. H. M. Notas sobre as dinâmicas relacionadas do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e das finanças públicas brasileiras no período 2004-2012. In: CORRÊA, V. P. (Org). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 181-241.

SERRANO, F.; SUMMA, R. *Demanda agregada e a desaceleração da economia brasileira de 2011 a 2014*. Center for Economic and Policy Research (CEPR). Washington, DC, agosto, 2015.

SIMÃO, A. R. A. Sistema de vigilância e fiscalização do trabalho no Brasil: Efeitos sobre a expansão do Emprego formal no período 1999-2007. *Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, Brasília, v. 39, p. 19-26, 2009.

SOUEN, J. A. *A política de salário mínimo no governo Lula*. 2013. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2013.

SOUZA CAMPOS, G. C. A evolução dos salários do emprego formal no Brasil (2003-2013). *Revista da ABET* (Online), v. 14, n. 2, p. 220-240, jul./dez. 2015.

SOUZA CAMPOS, G. C. *O Emprego Formal no Brasil dos anos 2000: Um estudo da Relação Anual de Informações Sociais (2003-2013)*. 2016. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2016.